



SPPVAG-PTTO-2025/00416 - Página 13

TERMO DE REFERÊNCIA – Lei n. 14.133/2021

Processo Administrativo n. SEPLAG-PRO-2025/00445

Termo de Referência n. SEPLAG/001/2025/GINF

Órgão: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso

Número da Unidade Orçamentária: 11.101

**Unidade Administrativa Demandante:** Gerência de Infraestrutura

Estudo Técnico Preliminar dispensado conforme justificado no DFD n.

SEPI AG/001/2025/GINF

## **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de 2 (duas) licenças eletrônicas vitalícias do software CYPE 3D Metálicas MT154, versão 2025, e atualização de 4 (quatro) licenças eletrônicas vitalícias do software, versões anteriores, incluindo módulos, mediante Inexigibilidade de Licitação, conforme artigo 74, inciso III, da Lei n. 14.133/2021, para atender às demandas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso (Seplag/MT).

Tipo	Ser.	Dónde Descripción	Un. Aplic.	Item/Sel.	Otro.	Válida Unit.	Valor Total
------	------	-------------------	------------	-----------	-------	--------------	-------------

**UASB:** The Basidiothecium of *Ustulina* is UASB. Document name: *Ustulina*.JPG. File size: 5.07 MB. Content type: image/JPEG. Author: Daffiti. License: CC-BY-NC-SA. Date created: 2013-01-11. Date modified: 2013-01-11. Date published: 2013-01-11. Date accessed: 2013-01-11.



Autenticado com senha por LARISSA KAROLINE DE FREITAS DALLA SANTA - RESIDENTE TECNICO / GINF - 21/03/2025 às 12:20:25.  
Documento Nº: 25579205-1418 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaeex/publico/app/autenticar?n=25579205-1418>



Autenticado com senha por LARISSA KAROLINE DE FREITAS DALLA SANTA - RESIDENTE TECNICO / GINF - 21/03/2025 às 12:20:25.  
Documento Nº: 25579205-1418 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaeex/publico/app/autenticar?n=25579205-1418>

SIGA >



REPLAC-PRO-2025/0436 - Página 14

	8006503 - LIGAÇÃO VITALÍGUA DO SOFTWARE CYPE 3D METÁLICAS MT154 VERSÃO 2015 (LICENÇA ELETRÔNICA) PERSONALIZADO NOS SEGUINTEIS MÓDULOS: PACOTE BÁSICO, SAPATAS, BLOCOS SOBRE ESTACAS, PLACAS DE BASE, RESISTÊNCIA AO FOGO, ESTRUTURAS DE MADEIRA, MULTIPROCESSADORES, GERADOR, DE PORTAS, ESTRUTURAIS DE ALUMÍNIO, LIGAÇÕES I - SOLDADAS PARA PERFIS I, LIGAÇÕES II - PARAFUSADAS PARA PERFIS I, LIGAÇÕES III - SOLDADAS PARA PERFIS I, LIGAÇÕES IV - PARAFUSADAS PARA PERFIS I, TUBULARES, VIGAS DE CONCRETO, PILARES DE CONCRETO, PILARES MISTOS DE CONCRETO E AÇO, CÁLCULO INTEGRADO DA FUNDAÇÃO, ESTACAS, TIRANTES (BARRAS SOMENTE A TRAÇÃO), FLAMAGEM GLOBAL, LEVANTAMENTO DOS ARCOS E ROTULAS PLÁSTICAS INCLUINDO O MOTOR DE CÁLCULO OPERAÇÕES (INCLUI A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO PELO PÉRIODO DE 3 MESES ATRAVÉS DO SAI - SUPORTE POR INTERNET DA MULTIFLUX)	1 UN	5290 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARE - BENS INTANGÍVEIS	2.00	R\$ 29.980,00	R\$ 59.960,00
--	---	------	---	------	---------------	---------------



SEPI AGS C&P 2025116204



Autenticado com senha por LARISSA KAROLINE DE FREITAS DALLA SANTA - RESIDENTE TECNICO / GINF - 21/03/2025 às 12:20:25.  
Documento Nº: 25579205-1418 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigaadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=25579205-1418>

SIGA >



REFUG-PRO-2025/0436 - Página 15

		0008500 - ATUALIZAÇÃO DO SOFTWARE CYPE 3D METÁLICAS DA VERSÃO 2022 (LICENÇA ELETRÔNICA) PARA A NOVA VERSÃO-2025 (LICENÇA ELETRÔNICA) INCLUINDO MOTOR DE CÁLCULO OPÇÕES (PRE- REQUISITO), TIRANTES, LEVANTAMENTO DOS APÓIOS, FLAMBADEIR GLOBAL, ROTULAS PLÁSTICAS, VIGAS DE CONCRETO, PILARES MISTOS DE CONCRETO E AÇO, PILARES DE CONCRETO, CÁLCULO AVANÇADO DE FUNDACÕES, SUPERFÍCIAS E ESTACAS.	1 UN	1020 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARE - BENS INTANGÍVEIS	2,00	R\$ 23.735,00	R\$ 47.470,00
		0008504 - ATUALIZAÇÃO DO SOFTWARE CYPE 3D METÁLICAS PARA VERSÃO 2025 - MÓDULOS DE ESTACAS, TIRANTES, FLAMBADEIR GLOBAL, LEVANTAMENTO DOS APÓIOS E ROTULAS PLÁSTICAS INCLUINDO O MOTOR DE CÁLCULO, OPÇÕES (PRE- REQUISITO)	1 UN	5220 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARE - BENS INTANGÍVEIS	2,00	R\$ 14.982,00	R\$ 29.704,00

#### **1.2. Dados do fornecedor:**

1.2.1. Razão social: INTERCONTROLE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS  
EMPRESARIAIS LTDA

1.2.2. Nome fantasia: MULTIPLUS Softwares Técnicos

1.2.3. CNPJ/MF: 14.630.251/0001-64

1.2.4. Inscrição Estadual: 146.726.798.118

1.2.5. Sede comercial: Praça da República, 386 - 6º andar - CEP: 01045-000 - São Paulo/SP

1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 137.154,00 (cento e trinta e sete mil cento e cinquenta e quatro reais).

四

3

4

1



SEPLAGCAP2025116204



Autenticado com senha por LARISSA KAROLINE DE FREITAS DALLA SANTA - RESIDENTE TECNICO / GINF - 21/03/2025 às 12:20:25.

Documento Nº: 25579205-1418 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=25579205-1418>

SIGA >



1.4. Os custos estimados foram determinados conforme pesquisa de preços realizada na forma do Decreto Estadual n. 1.525/2022 e juntada a este processo administrativo do Termo de Referência.

1.5. O quantitativo a ser adquirido foi dimensionado de acordo com (i) o número de profissionais lotados na Gerência de Infraestrutura/Seplag, que utilizam o software para desenvolvimento das demandas de projeto de estrutura metálica do setor, considerando que o uso da licença é exclusivo ao usuário, sendo vedado o compartilhamento entre profissionais, ainda que do mesmo Órgão/Entidade, sendo necessária a disponibilidade de uma licença do software para cada um dos profissionais, e com (ii) a quantidade de licenças do software existentes adquiridas em contratações anteriores, tornando indispensável a atualização dos pacotes e módulos às configurações mais atuais, para desenvolvimento dos cálculos e peças técnicas do projeto às ferramentas aperfeiçoadas pelo fabricante. Dentre as opções de preços ofertadas, o software CYPE 3D Metálicas MT154 é a que melhor atende as demandas do setor.

1.6. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei n. 1.433/2021, que dispõe “bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”.

1.7. A categoria de despesa do objeto a ser contratado enquadra-se em:

- Bens Permanentes (patrimoniáveis)
  - Bens de Consumo (não patrimoniáveis)
  - Despesa de Custeio
  - Capacitação
  - Bens Intangíveis (não patrimoniáveis)

1.8. Declara-se que foi constatada a INEXISTÊNCIA de Ata de Registro de Preços vigente, no sítio eletrônico oficial da Seplag/MT, com o mesmo objeto deste Termo de Referência.

1.9. Declara-se que o objeto desta contratação não se enquadra na definição de bem de luxo, conforme Decreto Estadual n. 1.525/2022.

#### **1.10. DISPENSA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:**

1.10.1. Dispensa na elaboração do Estudo Técnico Preliminar, conforme preceitua o artigo 38, inciso II, alínea a, do Decreto Estadual n. 1.525/2022.

#### **1.19.2. "Art. 38: A elaboração do ETP:**

1

II - poderá ser dispensada nas hipóteses de:

a) simplicidade do objeto ou quando o modo de seu fornecimento puder afastar a sua necessidade e da análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no





documento de formalização da demanda;"

1.11. Com base na Lei Federal n. 14.133/2021 e no Decreto Estadual n. 1525/2022 de Mato Grosso, justifica-se a dispensa do Estudo Técnico Preliminar para a presente aquisição, em razão da simplicidade na execução do objeto.

## 2. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O fornecimento é por escopo, tendo em vista que se trata de fornecimento em caráter unitário do software, sem prestação de serviços técnicos acessórios, inclusos nesta contratação.

2.2. O prazo de vigência desta contratação será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, devendo ser observada a existência de créditos orçamentários.

2.3. O prazo de vigência será prorrogado de forma automática, sem a necessidade de celebrar termo aditivo se o objeto não for concluído dentro do prazo de vigência inicialmente estabelecido, o que não impede a eventual aplicação de sanções administrativas em desfavor do Contratado, nos termos deste contrato e da Lei n. 14.133/2021.

2.4. A alteração do prazo de execução inicialmente previsto poderá ser feita mediante justificativa técnica e análise jurídica, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, o que será formalizado por meio de aditivo contratual.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A aquisição do software CYPE 3D Metálicas MT154, versão 2025, trata-se de compra programada pela Gerência de Infraestrutura (GINF/SUADM/SAAS/SEPLAG), para atender às demandas de projetos desta Secretaria.

3.2. O software não possui versão gratuita, tornando imprescindível a contratação do programa para o desenvolvimento eficiente dos projetos de estrutura metálica, principalmente. O uso adequado das soluções e módulos disponíveis permite a execução mais ágil dos trabalhos, proporcionando dados, quantitativos e memórias de cálculo mais precisas, em face dos cálculos automáticos disponibilizados pelo software, que aproximam os resultados das condições reais, o que contribui para uma maior precisão na elaboração dos projetos e facilidade no planejamento e controle dos materiais necessários à execução.

3.3. A atualização das licenças existentes, adquiridas em contratações anteriores (Contratos n. 074/2021/SEPLAG e 040/2024/SEPLAG), torna-se decisiva para manter a conformidade das configurações do software com normas atuais e incorporar avanços tecnológicos e metodológicos atualizados pelo fabricante, como análises mais precisas e eficientes para estruturas complexas. Com novos recursos e melhorias dos módulos, os profissionais terão ferramentas que garantam maior precisão nos projetos, atendendo às





crescentes exigências do setor e assegurando soluções inovadoras e otimizadas.

3.4. A entrada precisa de dados é crucial para a qualidade dos resultados dos projetos, o que software demonstra oferecer, mitigando eventuais erros e garantindo a precisão dos cálculos e das estimativas, o que reflete diretamente na qualidade dos projetos, dos prazos das entregas e da execução da obra. Desse modo, visualiza-se que o software é uma ferramenta crítica para assegurar o cumprimento das demandas e a excelência no atendimento dos projetos.

3.5. Destaca-se o excelente custo-benefício do software escolhido, já que se trata de licença única e vitalícia. A versão mais completa, com todos os módulos adicionais, foi a que melhor atendeu às necessidades identificadas das opções disponíveis. Em atualizações regulares, o software conta com suporte completo e videoaulas para capacitação, sendo amplamente adotado por projetistas e fabricantes de estruturas metálicas no Brasil. Além de oferecer uma ampla biblioteca de perfis de fabricantes nacionais e permitir customizações, possui uma interface gráfica intuitiva que facilita o desenho e o cálculo estrutural, garantindo precisão com cálculos automáticos dos coeficientes de flambagem e cumprindo com as principais normas aplicáveis a estruturas metálicas, alumínio e madeira.

3.6. O software CYPE 3D Metálicas MT154, versão 2025, é um software para desenvolvimento de projeto de estruturas metálicas, alumínio e madeira, que engloba as etapas de cálculo estrutural e dimensionamento de elementos estruturais metálicos, de alumínio e de madeira.

3.7. Ademais, possui entrada de dados gráfico fácil, permitindo importar os desenhos técnicos elaborados para qualquer software CAD (arquivos .dwg ou .dxf), ao qual transforma as linhas do desenho em barras, sem a necessidade de redesenhar toda a estrutura em outras ferramentas; e realiza cálculos automáticos dos coeficientes de flambagem. O software determina cálculos estruturais automaticamente, em função dos nós da estrutura, apresentando valores mais apropriados, inclusive para estruturas complexas, permitindo ao engenheiro adotar o coeficiente que achar mais adequado.

3.8. Após os cálculos das estruturas, o programa gera relatórios com todas as barras que não satisfazem alguma verificação, conforme a norma escolhida, e indica qual perfil seria o correto para aquela situação. Com o recurso de redimensionamento, o software altera automaticamente todas as situações de conflito, dimensionando uma estrutura com o menor peso possível.

3.9. O software se vincula às seguintes normas técnicas: ABNT NBR 7190:1997 – Projeto de estruturas de madeira, ABNT NBR 14762:2010 – Estruturas de aço constituídas por perfis formados a frio, ABNT NBR 8800:2008 – Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas, ABNT NBR 8681:2003 – Ações e segurança nas estruturas – Procedimento, ABNT NBR 6120:1980 – Cargas para o cálculo de estruturas de edificações, ABNT NBR 6123:1988 – Forças devidas ao vento em edificações, AISC ASD



SEBI A/C/S/E/2025/11520



89 – American Institute of Steel Construction e AISI 2007 – American Iron and Steel Institute

3.10. Os diversos módulos disponíveis atendem diferentes etapas e especificidades dos projetos de estruturas metálicas, garantindo flexibilidade e precisão. O módulo Núcleo Básico oferece as ferramentas para criação do projeto, configuração de normas e geração de relatórios e desenhos. Os módulos Sapatas e Blocos sobre estacas permitem dimensionamento detalhado de fundações em concreto, enquanto o módulo de Placas de base trata das conexões de colunas com chumbadores e enrijecedores. O módulo de Resistência ao fogo realiza verificações conforme a norma Eurocode, enquanto o módulo de Estruturas de madeira permite o dimensionamento de projetos em madeira pela norma ABNT NBR 7190, com a possibilidade de verificação de resistência ao fogo. Para aumentar a eficiência no processamento de dados, o módulo Multiprocessadores otimiza o tempo de cálculo, utilizando até 8 núcleos simultâneos.

3.11. Outros módulos atendem demandas específicas, como, o Gerador de pórticos, que agiliza a criação de estruturas de galpões, aplicando cargas de vento, neve e sobrecarga, conforme a ABNT NBR 6123. Para estruturas em alumínio, o módulo Estruturas de alumínio permite dimensionamento conforme a Eurocode 09. Quanto às ligações, o software dispõe dos módulos Ligações I a V, cobrindo desde conexões soldadas e parafusadas para perfis "I" até ligações para perfis tubulares, todas em conformidade com a ABNT NBR 8800:2008. Esses módulos facilitam o cálculo e detalhamento de conexões, incluindo situações de ligações soldadas e parafusadas, e são essenciais para atender com precisão às necessidades de cada projeto.

3.12. A atualização dos módulos nas demais licenças oferece soluções completas para análise estrutural avançada. O módulo Motor de Cálculo OpenSees permite simulações não-lineares detalhadas, especialmente para condições sísmicas; o Módulo Estacas foca no dimensionamento de fundações, considerando a interação solo-estrutura; o módulo Tirantes analisa a estabilidade de contenções; o Flambagem Global verifica a resistência estrutural a flambagens; e o Levantamento de Rótulas Plásticas identifica pontos críticos de falha, simulando a redistribuição de esforços. Em conjunto, esses módulos asseguram projetos estruturalmente seguros e otimizados, oferecendo uma avaliação completa da segurança e da capacidade de redistribuição de esforços na estrutura, essencial para garantir projetos eficientes e confiáveis.

3.13. A utilização do software para cálculos estruturais é indispensável para garantir precisão, eficiência e conformidade com normas técnicas em projetos de engenharia. Com um programa específico, é possível automatizar cálculos complexos, minimizando o risco de erros humanos e assegurando que os resultados estejam alinhados com as regulamentações vigentes.

3.14. O CYPE 3D Metálicas MT154, versão 2025, otimiza o tempo de desenvolvimento ao permitir o detalhamento, dimensionamento e verificação de diversas partes da estrutura.

Haber-Tremblay et al. / The Impact of Health Care Decisions on Mental Health 1357



SEPI ASCA 2025115204





em uma única plataforma, o que reduz retrabalhos e aumenta a produtividade ao gerar relatórios e memórias de cálculo precisas. O programa também facilita a documentação e a validação dos projetos, promovendo economia de recursos e aumentando a confiança e a qualidade dos resultados.

3.15. A pretendida contratação visa, ainda, mitigar riscos e erros de cálculos, garantindo maior segurança no desenvolvimento dos projetos. A utilização do software reduz significativamente a probabilidade de falhas estruturais, permitindo simulações que podem prever o comportamento da estrutura sob diferentes condições de carga, clima e uso.

3.16. Registra-se que a contratação em tela encontra fundamento jurídico inicialmente no caput do art. 37 da Constituição Federal, o qual preceitua que a Administração Pública deverá atender, dentre outros, o princípio da eficiência, cujo conteúdo compreende a conjugação de praticidade, rapidez, economia e qualidade, requisitos indispensáveis a pautar a atuação da Administração.

3.17. Outrossim, ressalta-se a necessidade de eficiência e otimização de prazos das demandas de projetos da Seplag/MT, garantindo pelo software para a execução das tarefas.

3.18. Na escolha da solução, levou-se em consideração que a melhor contratação administrativa é aquela que proporciona melhor custo-benefício, não apenas a que se dá pelo menor preço possível, e que igualmente atende aos princípios da eficiência, eficácia e economicidade.

3.19. Identificou-se que, na pesquisa efetuada, a empresa INTERCONTROLE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EMPRESARIAIS LTDA (nome fantasia MULTIPLUS Softwares Técnicos) é a única que oferece o software CYPE 3D Metálicas MT154, versão 2025. A exclusividade no mercado do software, associada à expertise da empresa fornecedora, garante a confiabilidade e a qualidade necessária para o sucesso dos projetos de engenharia estruturais. Destaque-se ainda os precedentes da utilização do software pela equipe de engenharia da Gerência de Fiscalização/Seplag, das versões adquiridas anteriormente, que corroboram pela contratação de novas licenças eletrônicas vitalícias e pela necessidade de atualização das versões aos novos panoramas técnicos.

#### **4. DESCRIÇÃO GLOBAL DA SOLUÇÃO**

4.1. A solução a ser contratada consiste na aquisição de licenças eletrônicas vitalícias de software especializado na elaboração de projetos de estruturas metálica, alumínio e madeira, para suprir a deficiência do número do programa ao número de profissionais responsáveis pela demanda de execução das tarefas dos referidos projetos, na proporção 1:1, bem como na atualização de licenças vitalícias próprias da Seplag/MT, adquiridas em contratações anteriores, para ajustes destas licenças às novas configurações de normas e cálculos ajustadas pelo fabricante, aplicadas à nova versão 2025, prevendo a avaliação

**HABER: DIRETTORE DELLA BIBLIOTECA DI ROMA** (1920-1924). Documento interno depositato i quali erano destinati a varie istituzioni italiane e straniere. **LIBRERIA DELLA STORIA ITALIANA** (1924-1925). Documento interno depositato i quali erano destinati a varie istituzioni italiane e straniere.



Autenticado com senha por LARISSA KAROLINE DE FREITAS DALLA SANTA - RESIDENTE TECNICO / GINF - 21/03/2025 às 12:20:25.  
Documento Nº: 25579205-1418 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=25579205-1418>



SIGA >



do software pela experiência de uso ao longo do tempo, com a perspectiva de atualização destas licenças, novas e existentes, mediante análise crítica da real necessidade de nova contratação para atualização das licenças, no ano de 2027.

## 5. FUNDAMENTAÇÃO PARA ESCOLHA DA MODALIDADE LICITATÓRIA

5.1. A modalidade licitatória adotada para a seleção do fornecedor será a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

5.2. A inexigibilidade de licitação, também conhecida como dispensa de licitação, está fundamentada no art. 74, inciso III, da Lei n. 14.133/2021.

### 5.3. ESCOLHA DO FORNECEDOR

5.3.1. A empresa INTERCONTROLE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EMPRESARIAIS LTDA. (nome fantasia MULTIPLUS Softwares Técnicos), inscrita no CNPJ/MF: 14.630.251/0001-64, com sede no município de São Paulo, é a detentora da exclusividade do software CYPE 3D Metálicas MT154, versão 2025, desenvolvida por equipe própria. Conforme fundamentação à contratação, o software CYPE 3D Metálicas MT154, versão 2025, ofertado pela empresa supra, atende às necessidades desta unidade requisitante, pelas especificidades do programa e os precedentes de experiência de utilização pela equipe de projetistas desta Secretaria. Por oportuno, consigna-se a carta de exclusividade e cópias de contratações da referida ferramenta por outros órgãos públicos, mediante inexigibilidade de licitação.

5.3.2. A Seplag/MT já utiliza versões anteriores do software CYPE 3D Metálicas com licenças previamente adquiridas, o que corrobora a aquisição do programa em detrimento de outros softwares, para padronização de metodologias de cálculo e análise estrutural, garantindo consistência nos resultados e uniformidade nos relatórios, alinhando os projetos às normas e parâmetros estabelecidos.

5.3.3. A aquisição do software CYPE 3D Metálicas MT154, versão 2025, é justificada pela sua capacidade técnica superior e pela exclusividade da solução oferecida pela empresa fornecedora. O software possui funcionalidades avançadas que atendem de maneira abrangente às exigências do contratante, garantindo um processo de cálculo estrutural mais preciso, rápido e eficiente. Ademais, a versão 2025 foi desenvolvida com recursos que possibilitam a integração com outras ferramentas de projeto, promovendo maior sinergia e facilitando a execução dos projetos de engenharia.

5.3.4. A equipe de engenharia possui experiência e capacitação no uso do software CYPE 3D, reduzindo a necessidade de treinamento inicial extensivo, proporcionando uma curva de adaptação mais curta e uma produtividade superior, com menor probabilidade de erros ou atrasos.



SEP





## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### **6.1. Sustentabilidade:**

6.1.1. Na presente contratação não foram aferidos critérios de sustentabilidade, visto que o objeto não trará qualquer impacto ambiental.

## 6.2. Impacto Ambiental:

#### 6.2.1. Não há danos ambientais

6.3. Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei n. 14.133/2021);

6.3.1. O CYPE 3D Metálicas MT154, versão 2025, atende às necessidades específicas do contratante de maneira única e eficaz.

6.3.2. O software CYPE 3D Metálicas MT154, versão 2025, é totalmente compatível e interoperável com os sistemas e tecnologias já existentes na infraestrutura do contratante, garantindo uma integração fluida e eficiente com outras ferramentas de projeto, sem a necessidade de reconfigurações complexas, o que facilita a continuidade dos processos de engenharia e assegura uma adaptação rápida ao ambiente de trabalho atual.

6.3.3. A escolha pelo software CYPE 3D Metálicas MT154, versão 2025, respalda-se pela sua ampla gama de funcionalidades, precisão, atualizações constantes e suporte técnico especializado, cujas qualidades tornam o software uma solução robusta e confiável, perfeitamente alinhada às necessidades do contratante, bem como se otimiza as experiências da Seplag/MT, em razão da padronização de softwares já existentes, como as versões anteriores de licenças deste programa e outros softwares do setor.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### **7.1. Prazo de execução**

7.1.1. O prazo de disponibilização da licença será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento formal da ordem de fornecimento da contratante, de maneira fracionada.

7.1.2. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, o contratado deverá apresentar justificativa ao contratante, por escrito, indicando o motivo e o prazo necessário para a execução, que por sua vez analisará e tomará as providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

## 7.2. Local de execução

7.2.1. A licença será disponibilizada no e-mail indicado pela contratante na Ordem de Fornecimento emitida.

### 7.3. Forma de execução

7.3.1. A execução contratual será de forma direta e o regime de execução será por preço global.





7.3.2. O contratado deverá permitir acesso vitalício à plataforma on-line, mediante login e senha exclusivos, com atualizações e suporte continuos fornecidos pelos desenvolvedores, disponibilizando videoaulas gravadas, destinadas a esclarecer dúvidas e capacitar o utilizador no uso do software.

7.3.3. As licenças eletrônicas e credenciais de acesso ao software deverão estar vinculadas ao e-mail do administrador ([engenharia@seplag.mt.gov.br](mailto:engenharia@seplag.mt.gov.br)) e com cópia para o responsável pela fiscalização.

7.3.4. As credenciais de acesso serão enviadas de forma segura, garantindo a conformidade com os requisitos de segurança.

## 8. MODELO DE GESTÃO

8.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão estão indicados nos Itens 9, 10 e 11 deste Termo de Referência.

8.2. O contrato administrativo será firmado sob a égide da Lei Federal n. 14.133/2021 e deverá ser formalizado e regido com observância das cláusulas e preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, a teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.



9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

9.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou, em caso de afastamentos legais, pelos respectivos substitutos.

9.4. Os gestores e fiscais de contrato devem ser previamente designados, por portaria geral ou específica, respeitadas as exigências do art. 308 do Decreto Estadual n. 1.525/2022, e cientificados de forma expressa, preferencialmente por meio eletrônico, bem como os titulares e substitutos, conforme § 4º do art. 308 do Decreto Estadual n. 1.525/2022.

9.5. Não obstante o contratado seja o único e exclusivo responsável pela execução do contrato, o contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinjam a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratado.

9.6. Para efeito de gestão dos contratos originados desta operação, quando for o caso, serão utilizadas as seguintes definições:

9.7. Gestor do Contrato – Trata-se de servidor da unidade administrativa de controle ou equivalente, diretamente responsável pela disponibilização do bem às demais unidades administrativas do órgão ou entidade, devendo ser indicado em Contrato, sendo responsável por aplicar as ações estabelecidas no art. 14 do Decreto Estadual n. 1.525/2022, bem como:

9.7.1. Aplicar todas as determinações e normas de conduta, acompanhamento e fiscalização de contrato previstas em manual de gerenciamento de contrato, caso houver, e aquelas decorrentes da legislação aplicável; e

9.7.2. Aplicar as orientações e determinações oriundas dos Órgãos de Controle Interno e Externo e as previstas nos instrumentos legais.

9.8. Fiscal do Contrato – Trata-se de agente público indicado pelo Gestor do Contrato, preferencialmente, entre servidores que preencham os requisitos técnicos- profissionais aplicáveis, sendo responsável por aplicar as ações estabelecidas no art. 15 do Decreto Estadual n. 1.525/2022, bem como:

9.8.1. Prestar informações e esclarecimentos ao preposto do contratado, sempre que for preciso; e

9.8.2. Desempenhar com eficiência e zelo todas as atribuições a ele incumbidas na legislação aplicável, em especial aquelas indicadas no art. 312 do Decreto Estadual n. 1.525/2022.

9.9. A fiscalização deverá, em seu relatório de avaliação da qualidade dos bens, identificar e quantificar as ocorrências eventualmente praticadas pelo contratado no período de faturamento, com vistas a aplicar multas/glosas no pagamento da fatura.



9.10. A fiscalização deverá, em seu relatório de avaliação da qualidade dos bens, identificar e quantificar as ocorrências eventualmente praticadas pelo contratado no

9.11. Todas as ocorrências devem ser documentalmente comprovadas e anexadas ao Relatório a ser elaborado, conforme estabelecido no art. 294 do Decreto Estadual n. 1.525/2022.

9.12. O Relatório é o ato administrativo que concretiza o recebimento provisório

9.13. A operacionalização e o controle da execução contratual deverão ser realizados por meio do Sistema de Aquisições Governamentais – Contratos, disponibilizado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão.

9.14. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

9.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

9.15.1. Verificação da conformidade, avaliação da qualidade, verificação de quantidade, documentação completa, registro de anomalias, aceitação ou recusa do objeto, prazo de recebimento, designação de responsáveis ao recebimento do objeto, devendo estar alinhadas à Lei n.º 14.133/2021 e ao Decreto Estadual n.º 1.525/2022.

9.16. A gestão do contrato será exercida pelo seguinte servidor:

**9.16.1. Gestor do contrato:** Daniel Côrrea Afonso, Gerente de Infraestrutura, matrícula 243786, CPF: 937.916.741-53, e-mail: [danielafonso@seplag.mt.gov.br](mailto:danielafonso@seplag.mt.gov.br) e telefone: (65) 3613-3753.

9.17. A fiscalização do contrato será exercida pelos seguintes servidores:

9.17.1. **Fiscal titular:** Lígia de Souza Rodrigues, Analista de Desenvolvimento Econômico e Social – Arquiteta, matrícula: 216974, CPF: 983.897.771-34, e-mail: [ligiad Rodrigues@seplaq.mt.gov.br](mailto:ligiad Rodrigues@seplaq.mt.gov.br), e telefone: (65) 3613-3753 e

**9.17.2. Fiscal substituto:** Nilton dos Reis Barros, Analista de Desenvolvimento Econômico e Social – Arquiteto, matrícula: 297897, CPF: 833.441.101-44, e-mail: niltonbarros@seniac.mt.gov.br, e, telefone: (65) 3613-3753.

#### **10. CRITÉRIOS DE MEDIDA E PAGAMENTO**

#### 10.1 RECEBIMENTO PROVISÓRIO

10.1.1. O recebimento provisório dar-se-á pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização (art. 140, inciso I, alínea "a" da Lei n. 14.133/2021), no ato da entrega dos bens, mediante Relatório detalhado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato. Deverão, também, ser anexados os demais documentos que o responsável julgar necessário e, encontrando irregularidade, fixará



prazo para correção. Sendo aprovado o recebimento, o responsável autorizará a emissão da Nota Fiscal.

10.1.2. A fiscalização notificará o contratado, para se for o caso, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, impugnar os apontamentos do Relatório ou emitir a Nota Fiscal/Fatura no valor apurado.

10.1.3. Na hipótese de o contratado apresentar impugnação ao Relatório, a fiscalização emitirá novo Relatório, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, com a análise dos argumentos do contratado. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os bens entregues, com a finalidade de verificar a adequação dos bens, bem como constatar e relacionar as providências adicionais que se fizerem necessárias.

10.1.4. O relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato.

#### **10.2. RECEBIMENTO DEFINITIVO**

10.2.1. Os bens serão **recebidos definitivamente** no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designados pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

10.2.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções.

10.2.3. Emitir Termo Circunstaciado para efeito de recebimento definitivo dos bens entreques, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

10.2.4. Realizar a aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal, emitida pelo contratado para os bens fornecidos

10.2.5. Na hipótese de irregularidade não sanada pelo contratado, a fiscalização reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior, para procedimentos inerentes à apuração dos fatos e à aplicação das penalidades cabíveis.

10.2.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, bem como não exclui a responsabilidade pela garantia do(s) produto(s) por vícios ou disparidades em relação às com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se ao contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei n. 8.078/1990.

#### **11. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**



11.1. O prazo de garantia dos softwares é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

11.2. O contratado deverá fornecer as licenças e atualizações em conformidade para utilização imediata.

11.3. A garantia será prestada com vistas a manter os softwares fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante.

11.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos produtos pelo próprio contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

11.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos softwares, compreendendo a atualização parcial ou total do programa, a realização de ajustes e correções necessárias, em razão de erros no código que faça com que o programa se comporte de maneira inesperada ou falhe ao executar uma função (bugs).

11.6. Em caso de atualizações do software CYPE 3D Metálicas MT154, versão 2025, durante o período de vigência da garantia ou posterior a ela, deverão ser aplicadas as novas licenças adquiridas, bem como nas atualizações das licenças existentes.

11.7. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação do software que apresentar vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia útil subsequente ao envio da notificação.

11.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

11.9. Na hipótese do subitem acima, se necessário, o contratado deverá disponibilizar software equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

11.10. Decorrido o prazo para reparos e atualizações sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos e ajustes dos componentes do(s) software(s), bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos produtos.

11.11. Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, no caso de apresentar(em) falhas e imperfeição(ões) e necessidade de atualizações dentro da versão 2025, correrão por conta do contratado, não cabendo ao contratante quaisquer ônus.

11.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades





em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### **12. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR**

12.1. A apresentação dos documentos com o propósito de comprovar a habilitação será feita na forma do art. 131, § 1º do Decreto Estadual n. 1.525/2022.

12.2. O proponente deverá apresentar, a título de habilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica, além de declarações legalmente exigíveis e outros documentos exigidos por legislação específica ao objeto licitado, conforme documentos relacionados na sequência.

12.3. A presente aquisição é por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

#### **12.4. Habilitação jurídica:**

12.4.1. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli), estatuto, ato constitutivo ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados da documentação de seus administradores.

12.4.2. Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto) do representante legal da sociedade empresária proponente e/ou do procurador. O procurador deverá ainda apresentar o instrumento válido da procuração.

12.4.3. No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. 77, de 18 de março de 2020.

12.4.4. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária, inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

12.4.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

12.4.6. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



12.4.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**12.5. Habilidade fiscal, social e trabalhista:**

12.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.5.3. Prova de regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso, o que deve ser providenciado mediante a apresentação de certidão emitida conjuntamente pela Sefaz/MT e pela PGE/MT, na forma da Portaria Conjunta n. 008/2018-PGE/SEFAZ.

12.5.4. Para as empresas sediadas em outras unidades da federação, deverá ser apresentada também prova de regularidade fiscal perante o Estado de domicílio ou sede do proponente, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa.

12.5.5. Nos casos em que não for possível a certidão consolidada, será suficiente a CND específica para participar de licitações expedidas pelo órgão competente do respectivo domicílio tributário ou sede.

12.5.6. Certidão de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede do proponente, inclusive quanto a débitos inscritos em dívida ativa.

12.5.7. Prova de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

12.5.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.5.9. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa, nos termos da lei de regência.

12.5.10. No caso das microempresas e das empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, sem prejuízo da necessária apresentação de toda a documentação exigida, por ocasião da participação em certames licitatórios, mesmo que esta apresente alguma restrição, a elas aplicando-se os art. 42 e seguintes da Lei Complementar n. 123/2006.

**12.6. Habilidade econômico-financeira:**

HABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA: Documento gerado automaticamente, indica que este documento é válido para fins de habilitação em licitação pública. Autenticação realizada por DAU/PGF/SEPLAG/MT/2025/00456-1418, emitida na data 21/03/2025, validade 10 dias. Consultar o documento original no endereço https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=25579205-1418



SEPLAG/MT/2025/00456-1418



- 12.6.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede do proponente.
- 12.7. Além dos documentos de qualificação indicados nos subitens anteriores, serão exigidas do proponente as declarações de que trata o artigo 136 do Decreto n. 1.525/2022.
- 12.8. Demonstrar "notória especialização" da empresa, no campo de sua especialidade, por meio de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, que permitam inferir que o seu trabalho é "essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato (art. 74, III, §3º, da Lei n. 14.133/2021).

### 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Orgão/Entidade: SEPLAG

Unidade Orçamentária: 11101

Unidade Gestora: 001 - SEPLAG

Natureza da Despesa: 3.3.90.40.001

Fonte: 1.500.0000

Programa de Governo: 036

Projeto/Atividade: 2007

### 14. GARANTIA CONTRATUAL

- 14.1. A contratação conta com garantia de execução, aplicada em caso de inadimplência do contrato, na ausência de soluções de falhas de ordem técnica no funcionamento do software e quando da insuficiência de ferramentas, que comprometam as funcionalidades do programa, a qual será prestada nos moldes do art. 96 da Lei n. 14.133, de 2021, em valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor inicial do contrato.

### 15. CRITÉRIO DE AFERIÇÃO E MEDAÇÃO PARA FATURAMENTO

- 15.1. Não haverá aferição e medição periódica dos serviços prestados, por tratar-se de serviços de natureza não contínua.

### 16. PAGAMENTO

- 16.1. Não haverá pagamento antecipado.

- 16.2. O pagamento será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

HASH: 3f87e6a6a77a4d30a74a05c2079d05c0 Documento assinado digitalmente, válido até 06/03/2025. Autenticação realizada por LARISSA KAROLINE DE FREITAS DALLA SANTA (GINF - 21/03/2025 às 12:20:25). Documento N°: 25579205-1418 - consulta à autenticidade em https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=25579205-1418





16.2.1. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor e do estado de Mato Grosso, abranging inclusive débitos inscritos em dívida ativa;

16.2.2. Prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor e do estado de Mato Grosso;

16.2.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em plena validade e relativa ao contratado;

16.2.4. Provas de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

#### **16.2.5. Prova da regularidade perante a Justiça do Trabalho: e**

16.2.6 - Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal da sede ou domicílio do credor.

16.3. Sendo o caso, o contratante efetuará retenção na fonte de todos os tributos incidentes ao contrato em questão.

16.4. O pagamento será efetuado pelo contratante em favor do contratado em até 30 (trinta) dias, mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela fiscalização do contratante.

16.5. O(s) pagamento(s) não realizado(s) dentro do prazo por eventos decorrentes de  
contratado, não será(ão) gerador(es) de direito a qualquer acréscimo financeiro;

16.6. Caso o atraso no pagamento seja motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será corrigido pelo IPCA, conforme apuração desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização;

16.7. A efetivação dos pagamentos não isentará o contratado das suas responsabilidades e das suas obrigações contratuais, especialmente aquelas relacionadas à qualidade e à garantia dos produtos entregues.

16.8. Caso constatada alguma irregularidade ou incorreção na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida ao contratado para as necessárias correções, acompanhada dos motivos que deram ensejo à sua rejeição, interrompendo-se o prazo para o pagamento, que começa a fluir somente a partir da data do protocolo da nova Nota Fiscal e demais documentos, devidamente corrigidos. O prazo somente voltará a fluir, desde o começo e de maneira integral, a partir da data do protocolo da nova Nota Fiscal e dos demais documentos exigíveis, devidamente corrigidos.

16.9. Constatando-se qualquer outra circunstância que desaconselha o pagamento, em razão de circunstância devidamente justificada e informada ao contratante, o prazo para pagamento ficará suspenso e voltará a partir da respectiva data de regularização.

16.10. Nos casos de aplicação de penalidade ao contratado, em virtude de inadimplência contratual, não serão efetuados pagamentos a esta, enquanto perdurar pendência de



liquidação das respectivas obrigações.

16.11. As Notas Fiscais a serem pagas deverão sofrer desconto devido à aplicação de multas/glosas previstas no Contrato e já identificadas pela fiscalização.

16.12. O contratado deverá, durante toda a execução do Contrato, manter atualizada a vigência da garantia contratual.

16.13. O contratado deverá emitir as notas fiscais em conformidade com as respectivas orientações da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

16.14. Sobre o valor da Nota Fiscal, o contratante, quando couber, fará as retenções devidas dos impostos e contribuições previstas na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012, Instrução Normativa RFB n. 2.110/2022 e Lei Complementar n. 116/2003.

## 17. REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreatualáveis pelo prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.

17.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados por meio da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

17.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do contratado, acompanhada de memorial do cálculo, conforme for a variação de custos, objeto do reajuste.

17.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

17.6. A prorrogação contratual sem a solicitação do reajuste implica a preclusão deste, sem prejuízo dos futuros reajustes nos termos pactuados.

17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **18. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

18.1. Comparecer, quando convocado, para assinar o Contrato e retirar a Nota de Empenho específica no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sendo o mesmo prazo para retirada da Ordem de Fornecimento.

18.2. Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações e as condições de habilitação exigidas na contratação.

18.3. Fornecer os bens, nos termos, local, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato, de forma a garantir os melhores





## resultados.

18.4. Os bens serão entregues de acordo com a necessidade do contratante, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância das recomendações técnicas aceitáveis, respectivas normas e legislação pertinentes.

18.5. Comunicar no prazo de até 2 (dois) dias úteis ao contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, telefone, e-mail e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência.

18.6. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização do contratante.

18.7. O contratado responsabilizar-se-á integralmente pela execução do objeto contratado, cumprindo as disposições legais que interferiram em sua execução, devendo para tal:

18.7.1. Encarregar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

18.7.2. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

18.8. Substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da solicitação formal do contratante, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, bem como quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

18.9. Emitir Nota Fiscal, discriminando o objeto contratado e entregue, de acordo com a especificação constante no Item 1 do Termo de Referência.

18.10. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no fornecimento dos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

18.11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação formal do contratante, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, bem como quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.12. Atender às demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n. 14.133/2021, Decreto Estadual n. 1.525/2022 e Instrução Normativa n. 01/2020/SEPLAG/MT e suas respectivas alterações.



#### **19. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 19.1. Designar, servidor(es) ao qual(is) caberá(ão) a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato, conforme legislação vigente.
  - 19.2. Emitir ordem de serviço estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinente para o bom cumprimento do objeto.
  - 19.3. Fornecer ao contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto contratado, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes do contratado em suas dependências, desde que observadas as normas de segurança.
  - 19.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto a usabilidade do objeto contratado que não deve ser interrompida, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo contratante.
  - 19.5. Avaliar a qualidade dos serviços prestados, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as obrigações assumidas.
  - 19.6. Notificar o contratado sobre qualquer alteração ou possíveis irregularidades ou imperfeições observadas na execução do contrato, para reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o objeto contratado, sanando as impropriedades.
  - 19.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado, desde que atinentes ao objeto da contratação.
  - 19.8. Efetuar o pagamento ao contratado, do valor resultante do fornecimento do Objeto contratado, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e em Edital.
  - 19.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pelo contratado, quando couber.
  - 19.10. Inserir as informações pertinentes ao objeto contratado, no sistema SIAG-C, após firmar o Contrato, em atendimento à Lei de Acesso às Informações (Lei n. 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto Estadual n. 806/2021).
  - 19.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **20. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 20.1. O pagamento será efetuado pela contratante em favor da contratada mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente. A data será fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do estado de Mato Grosso, em especial decreto que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira do

**ANSWER:** Interrogation number 2016-02647-100000000760311000. Document was issued by the Bureau of Land Management on 10/13/2016. It is located in San Juan County, New Mexico. The property is owned by the Bureau of Land Management. The property is located at 100000000760311000.



Autenticado com senha por LARISSA KAROLINE DE FREITAS DALLA SANTA - RESIDENTE TECNICO / GINF - 21/03/2025 às 12:20:25.  
Documento Nº: 25579205-1418 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=25579205-1418>

Exercício corrente após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Fiscal da Contratante.

20.2. O pagamento será efetuado à Contratada, em parcela única até o 30º (trigésimo) dia da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo seu recebimento.

20.3. A liberação do pagamento ficará condicionada a apresentação dos seguintes documentos:

- I – Certidão Negativa da Dívida Ativa Federal;
  - II – Certidão Negativa da Dívida Ativa Estadual e Prova da regularidade com a Dívida Ativa Estadual expedida pela PGE/MT;
  - III – Certidão Negativa da Dívida Ativa Municipal;
  - IV – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

20.4. A Seplag/MT não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

20.5. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente à contratada, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará-tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, à pessoa jurídica que os houver apresentado.

#### **21. SUBCONTRATAÇÃO**

21.1. É vedada a subcontratação do objeto deste contrato, tendo em vista que a entidade contratante mantém controle direto e exclusividade sobre o objeto desta contratação, conferindo ao contratado os direitos restritos de comercialização e distribuição. Por essa razão, resta vedada a subcontratação, ainda que parcial, nos termos do art. 122, § 2º, da Lei Federal n. 14.133/2021.

## 22. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

22.1. A matriz de alocação de riscos será dispensada do contrato, nos termos do art. 247, § 4º, I, do Decreto Estadual n. 1.525/2022, tendo em vista a natureza comum do objeto e da execução.

## 23. SANCÕES

23.1. O contratado que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 156 da Lei n. 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



23.2. Quanto ao atraso, para assinatura do contrato:

- Atraso de até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho se for entrega parcelada, e sobre o valor contrato se for entrega única;
- A partir do 3º dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), sobre o valor da nota de empenho, se for entrega parcelada, e sobre o valor do contrato, se for entrega única, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

23.3. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas no contrato, poderão ser aplicadas também, garantia a prévia defesa, as seguintes sanções:

- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo contratado e que não justifique imposição de penalidade mais grave;
- Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota fiscal/Fatura, por dia de atraso no prazo proposto para entrega do bem, ficando limitado este percentual em 10% (dez por cento). Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias, considerar-se-á rescindida a contratação;
- Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação por infração de qualquer outra cláusula do Contrato, que será dobrada em caso de reincidência;
- impedimento de licitar e contratar com a Administração;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que será promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

23.4. O contratado que der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até três anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

23.5. A sanção prevista no item 23.3, inciso V, de declaração de inidoneidade, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do dispositivo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração.

HASH: 3f97e6a6a77a4a4a02405c02079406370 Documento assinado digitalmente, válido em todo território nacional. Autenticação realizada por: DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES (DPLI). Data de emissão: 2025-03-21 14:37:10. Data de validade: 2025-03-21 14:37:10. JURISDIÇÃO: SEPLAG-MT. CÓDIGO: 25579205-1418. Firma digitalizada em: 2025-03-21 14:37:10. LARISSA KAROLINE DE FREITAS DALLA SANTA.



SEPLAG/MT/2025/116204



Autenticado com senha por LARISSA KAROLINE DE FREITAS DALLA SANTA - RESIDENTE TECNICO / GINF - 21/03/2025 às 12:20:25.

Documento Nº: 25579205-1418 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=25579205-1418>

SIGA

Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

23.6. A multa, eventualmente imposta ao contratado, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do contratante, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do estado, podendo, ainda, o contratante proceder à cobrança judicial da multa.

23.7. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da contratante.

23.8. As sanções previstas poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia do contratado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar de sua intimação, observados os termos do artigo 157 ou do artigo 158 da Lei n. 14.133/2021, a depender do caso.

23.9. No caso de aplicação de penalidades, a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Seplag/MT) providenciará o registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.

23.10. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao contratante;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos:

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

## 24. LEGISLAÇÃO APLICADA

24.1. Lei Federal n. 14.133/2021 e alterações – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

<sup>24.2</sup> Lei Estadual n. 7.692/2002 – Regula o processo administrativo.

24.3. Decreto Estadual n. 1.525/2022 – Regulamenta a Lei n. 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional do Estado de Mato Grosso.

24.4. Lei Complementar n. 123/2006 – Normas ME e EPP.

24.5. Lei Estadual Complementar n. 605/2018 – ME, EPP e MEI

24.6. Lei Complementar n. 116/2003 – Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal.





24.7. Instrução Normativa n. 1.234/2012 – Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos Órgãos da Administração Pública.

24.8. Normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR ABNT).

## 25. PÚBLICO-ALVO

25.1. Os bens a serem adquiridos destinam-se ao atendimento das demandas de elaboração de projetos de estruturas metálicas, principalmente, pela equipe de engenheiros da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso (Seplag/MT), em face do (i) déficit do número de softwares ao número de profissionais, responsáveis pelo atendimento das demandas, considerando a vedação de compartilhamento simultâneo entre usuários, ainda que do mesmo Órgão, e (ii) da necessidade de atualização das licenças eletrônicas vitalícias existentes aos novos panoramas da versão mais atual.

Elaborado por:

**Daniel Corrêa Afonso**

Gerente de Infraestrutura

GINF/SUADM/SAAS/SEPLAG/MT

De acordo:

**Karina Vicenzi Andrade**

Superintendente Administrativo

SUADM/SAAS/SEPLAG/MT

**Eliane Rosa Fernandes de Albuquerque**

Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica

SAAS/SEPLAG/MT

## TERMO DE ANÁLISE, APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

### 26. – ANÁLISE E APROVAÇÃO:

Analisamos e aprovamos o Termo de Referência n. SEPLAG/001/2025/GINF, seus anexos e constatamos a regularidade dos autos.

Número de referência: 2025/0005-00000000000000000000000000000000 Documento gerado automaticamente. Utilize este link para download: https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=25579205-1418. Data de emissão: 20/03/2025. Data de validade: 20/03/2025. Juntada em 20/03/2025. Assinada em 20/03/2025. Ela é de responsabilidade da assinatura. SEPLAG/MT



SEPLAG/PRO-2025/116204





SEPA-CH-PRO-20230316 - Página 39

**27. – AUTORIZAÇÃO:**

Analisado e aprovado o Termo de Referência nº SEPLAG/001/2025/GINF, AUTORIZO a realização do Certame Licitatório na modalidade INEXIGIBILIDADE, a ser realizado na forma indicada no Termo de Referência, no processo administrativo e na legislação vigente.

Basílio Bezerra Guimarães dos Santos

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão  
SEPLAG/MT

SEPI AGS CAP 2025116204

